

PANORAMA GERAL DA EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS EM ITAPERUNA NO ANO DE 2017

Robson de Almeida Junior
Graduando do curso Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
robsonwajunior@outlook.com

RESUMO

O conhecimento e entendimento do cenário de atuação se mostra muito importante para gestores e profissionais da educação, pois além da relevância característica, o setor é caracterizado por mudanças e atualizações constantes. Neste sentido, o presente trabalho busca abordar os principais eixos em que se estabelece a Educação de Jovens e Adultos no município de Itaperuna. Para isso foi realizada uma pesquisa documental, de campo, através de entrevistas e análise de dados estatísticos, em que acompanha uma revisão bibliográfica sobre o tema. Oferece, portanto, pela justaposição das informações obtidas, uma visão panorâmica da situação em que a modalidade de ensino tratada encontrava-se no município no ano de 2017. Coloca-se também a fim de demonstrar a importância do poder público na oferta da modalidade, assim como o papel desta na consecução da cidadania plena. Sendo o público atendido pela EJA aquele em situação de maior vulnerabilidade social, aumenta a importância da atenção devida ao tema. Também é importante considerar o enlace da questão racial que se faz presente nos dados estatísticos e documentos com a vulnerabilidade relatada.

Palavras-Chave: EJA. Educação. Itaperuna.

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta o resultado de uma pesquisa desenvolvida para a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Seu foco é a Educação Jovens e Adultos na municipalidade de Itaperuna, noroeste do Estado do Rio de Janeiro. Serão demonstradas, ao longo deste trabalho, as pesquisas desenvolvidas durante o período em que ocorreu a disciplina, dados da

municipalidade na Educação Jovens e Adultos (EJA), no ano de 2017, assim como a circunstância onde ela se insere no contexto do município.

A Educação Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino supletivo que atende àquelas pessoas que não puderam ou quiseram concluir o ensino médio ou fundamental em idade apropriada. Neste sentido apresenta-se como uma ferramenta do Estado em auxílio ao cumprimento de seu dever constitucional de ofertar educação para todos (BRASIL, 1988). A diferença natural de clientela nesta modalidade exige da escola uma postura diferente, pois esta não se constitui como o centro da vida política, ou seja, da vida fora de casa do aluno, mas como centro cultural cidadão. Isso quer dizer que o aluno busca a educação para o exercício de um aspecto (geralmente particular) da sua vida social e não com objetivo socializador em si (ALMEIDA, 2013).

O motivador da EJA, portanto, é fornecer meios para o exercício da plenitude democrática deste aluno, que apesar de já se encontrar no meio social, ainda carece das ferramentas necessárias ao exercício de sua cidadania. Justamente por isso, a modalidade é reconhecida como um ato político, entendendo que não se pode separar as dimensões pedagógicas das dimensões sociais do ensino (BRASIL, 2006).

Itaperuna, cidade localizada no noroeste fluminense e local desta pesquisa, é uma cidade com fortes raízes rurais (SILVA, 2017). O tardio investimento no processo educacional, somado a uma população que somente torna-se majoritariamente urbana na segunda metade do século XX, traz uma face comum da história nacional. Os desafios, portanto, que se aproximam dos mesmos da grande maioria das municipalidades brasileiras, tornam o município um bom local para se conhecer um pouco da realidade da Educação Jovens e Adultos no país.

Feita a análise dos dados coletados sobre a municipalidade e da literatura pertinente, serão expostas as conclusões que daí se estabelecem. Assim, é possível uma visão em panorâmica da realidade itaperunense no tema delimitado e no período em que foi realizada a pesquisa. Apresenta-se, portanto, como principal objetivo deste trabalho aumentar o conhecimento do tema no campo pesquisado e, portanto, é de grande relevância para gestores e profissionais da área.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas: a análise dos dados referentes constantes na Sinopse Estatística da Educação Básica 2017, coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); duas entrevistas e análise de dois documentos que regem a EJA no município, o Plano Municipal de Educação e a Deliberação nº 02 de 20 de julho de 2016, do Conselho Municipal de Educação.

As entrevistas foram realizadas com duas profissionais da área e autoridades do assunto no município: a Coordenadora de Ensino da Educação Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Itaperuna, Solange Bussade, formada em pedagogia e matemática, com especialização em Educação Jovens e Adultos e mais de 28 anos de magistério; e com a Conselheira Municipal de Educação Tereza Cristina do Carmo, formada em Estudos Sociais e Pedagogia, especializada em Supervisão Escolar e Pós-Graduada em Planejamento Educacional, professora há 38 anos, já tendo ocupado cargos como Diretora, Orientadora Pedagógica, Subsecretária Municipal de Educação e Supervisora de Ensino, cargo que exerce atualmente.

O modelo de entrevista utilizado foi o de perguntas semiestruturadas divididas por eixos. São eles: estrutura, comparação do formato da modalidade na rede municipal com o da rede estadual, projeto político-pedagógico da área, gestão escolar e perfil dos alunos. A metodologia utilizada, portanto, é uma mescla de pesquisa de campo, documental e bibliográfica, no intuito de construir sólido conhecimento do campo pesquisado.

Conforme explicitado por Severino (2017), a combinação das abordagens quantitativas e qualitativas faz-se necessária quando pretende-se alcançar um nível de profundidade que não dispense a interpretação dos dados coletados por meios de pesquisas em seus atributos correlacionadas a variáveis não propriamente numéricas. O método de pesquisa, assim como os instrumentos utilizados, foram escolhidos e organizados de acordo com o propósito final do estudo e sua reflexão pretendida.

DADOS ESTATÍSTICOS DA EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS EM ITAPERUNA

Os dados quantitativos que serão apresentados a seguir foram obtidos no site do IBGE e na Sinopse Estatística da Educação Básica de 2017, este último, um levantamento realizado pelo INEP anualmente. Os dados fazem parte do arcabouço quantitativo necessário ao conhecimento do campo de pesquisa.

O município de Itaperuna possui, segundo dados do IBGE (2017), 99.997 habitantes, sendo 88.368 habitam a zona urbana e outros 7.743 a zona rural. A cidade conta com um total de 16 estabelecimentos educacionais, todos em área urbana, que disponibilizam algum segmento da EJA em suas dependências. Destes, nove fazem parte da rede municipal de ensino, seis estão vinculados a rede estadual e um pertence a rede federal. A rede privada, por sua vez, não conta com nenhuma instituição que atenda a essa modalidade (INEP, 2017). Todo o exposto deixa clara a importância da rede pública como um todo enquanto única fornecedora da EJA e demonstra sua centralidade nesse processo. Ressalta-se ainda que a ausência de uma unidade que atenda a população rural é um complicador tendo em vista a variedade da clientela que a modalidade atende, como veremos a seguir.

Segundo o INEP (2017) existe um número parecido de homens e mulheres matriculados na modalidade em todos os segmentos, sendo 1270 mulheres e 1477 homens. A faixa etária atendida também é bem ampla com números consideráveis de alunos de todas as idades permitidas, ou seja, a partir dos 15 anos. São 1057 pessoas mais jovens com idades entre 15 e 19 anos e outras 1690 pessoas com 20 anos ou mais. Essa diversidade de idades atendidas reforça a necessidade de estratégias pedagógicas próprias para alcançar a todos os alunos.

A totalidade de matrículas na EJA, contando-se todos os segmentos e incluindo o ensino profissionalizante, são de 2747 alunos, em comparação com os 3082 alunos do Ensino Médio Propedêutico e pela pequena diferença, evidencia a importância da modalidade para o município. O primeiro e segundo segmentos contabilizam 1367 alunos, sendo que 620 estão matriculados na rede municipal, outros 747 encontram-se na rede estadual. A rede federal, que oferece Educação Jovens e Adultos concomitantemente com ensino técnico profissionalizante, possui 68 alunos (INEP, 2017).

Uma análise dos dados raciais coletados pelo INEP (2017) permite observar que a maioria dos alunos não se declara da cor branca, como disposto: são 1246 pessoas que não declararam sua cor, outras 939 pessoas que declaram serem pretas, pardas, amarelas ou indígenas e 562 que se declararam brancas. Isso coloca a questão racial como central à Educação Jovens e Adultos. A princípio porque quase a metade dos alunos não quiseram ou não se sentiram à vontade para declarar sua cor, o que remete a problemática da formação da identidade. Ressalta-se também a composição racial daqueles que por alguma razão não conseguiram concluir seus estudos no tempo adequado, sendo que destes, somente pouco mais de 1/5 são brancos.

Os docentes atuantes na modalidade apresentam altos índices de capacitação no município. São 244 professores, destes somente 10 não possuem nenhuma graduação e apenas 17 não tem nenhuma licenciatura. Entre os professores graduados 128 possuem alguma especialização, mestrado e/ou doutorado, ou seja, mais da metade do total (INEP, 2017).

ENTREVISTAS

Os dados a seguir foram coletados através da realização de duas entrevistas semiestruturadas com autoridades municipais da área pesquisada, como descrito anteriormente. O texto abordará os seguintes eixos ao qual foram submetidas as entrevistadas: estrutura, comparação do formato da modalidade na rede municipal com o da rede estadual, projeto político-pedagógico da área, gestão escolar e perfil dos alunos.

A EJA se organiza estruturalmente em três segmentos: primeiro, segundo e médio. Correspondendo cada segmento a uma etapa do ensino regular respectivamente: fundamental anos iniciais, fundamental anos finais e ensino médio. Separam-se as turmas por fases de cada parte do segmento, correspondendo cada fase a um ano do ensino regular. A primeira fase do primeiro segmento, que corresponde ao ensino alfabetizante, é realizada em um ano, diferentemente das demais fases que tem durabilidade de seis meses (BUSSADE, 2017). Nisto, a rede municipal difere da rede estadual, onde a fase alfabetizante tem uma duração de seis meses, assim como as demais (DO CARMO, 2017).

A Secretaria Municipal, segundo Solange Bussade (2017), concentra seus esforços no fornecimento de vagas no primeiro e segundo segmentos, não possuindo nenhuma escola que ofereça o segmento médio ou profissionalizante. Cada escola dispõe de maneiras diferentes de divulgar a EJA na comunidade em que se insere, sendo os dois métodos mais interessantes: o uso de moto propaganda e o uso de bilhetes colados nas agendas das crianças alunas do ensino regular. O primeiro pela forma incomum de divulgação educacional e o segundo porque coloca em perspectiva que os responsáveis pelas crianças podem não ter concluídos seus próprios estudos.

No ato de matrícula, o aluno é questionado sobre em que momento descontinuou seus estudos e se possui algum certificado que possa atestar seu relato. Em caso afirmativo, é designado para a fase correspondente, em caso negativo este aluno é submetido a uma avaliação que busca estabelecer a fase em que este deve ser inserido (BUSSADE, 2017). Um detalhe importante é a possibilidade de o aluno com certificado ser redirecionado para uma fase anterior a que se encontra descrita no documento, caso seja estabelecida necessidade educativa pelo professor em conjunto de seus supervisores (DO CARMO, 2017).

O estudante é constantemente avaliado e pode ser avançado segundo seu próprio desenvolvimento no meio dos períodos letivos. Isso facilita a permanência na escola, dando ao educando um controle de seu próprio ritmo e, portanto, está no centro do processo educativo. Essa avaliação não é tradicional e segue modelos próprios, não tendo como objetivo desclassificar ou reprovar, mas sim marcar os avanços realizados (BUSSADE, 2017).

Inexiste, entretanto, segundo Tereza Cristina do Carmo (2017), na rede municipal de ensino, o instrumento da dependência como meio de progressão parcial, em contraponto à rede estadual. Significa dizer que é vedado ao aluno seguir e avançar de fase ou segmento caso não tenha obtido o aproveitamento necessário. Essa determinação somente não se aplica às fases II, III, e IV do primeiro segmento.

As aulas são diárias, com presença obrigatória, sendo a falta único critério não reversível de reprovação. Deste modo, caso ocorram faltas, existem mecanismos de

contato para esclarecimento e, caso o aluno se ausente por períodos prolongados, é costume a própria escola realizar algum tipo de contato (BUSSADE, 2017). Em contraposição à rede estadual, o controle de frequência na rede municipal também é mais rigoroso.

O aluno deve obter ao menos 75% de frequência na carga horária, em cada fase, para aprovação, não sendo considerados, para abono de faltas, atestados médicos, de serviços militares ou vínculo profissional. O aluno que obtiver 60% de aproveitamento do currículo oficial da fase, sem ter alcançado os 75% de frequência pode ser submetido a processo de reclassificação. Na rede estadual a frequência de 75% é considerada por segmento e não por fase, de modo que as faltas ocorridas em uma fase podem ser compensadas na seguinte (DO CARMO, 2017).

O currículo é flexível no objetivo de atender a demanda dos próprios alunos e professores, cumprindo, entretanto, um mínimo exigido por lei para a fase. Todas as escolas municipais possuem um diretor específico para a EJA, porém não necessariamente especializado na área. Isso é um diferencial do município que garante um atendimento noturno pleno aos alunos desta modalidade (BUSSADE, 2017).

Solange Bussade (2017) informa ser o número de alunos do primeiro segmento em cada escola pequeno, sendo assim possível para a equipe escolar conhecer pelo nome cada um deles. Tal fato indica uma boa distribuição dos alunos pela rede municipal, e permite uma atenção mais particular a cada aluno, o que faz diferença no resultado que se pretende alcançar.

A clientela da EJA é composta, segundo Solange Bussade (2017), por trabalhadores não brancos de todas as faixas etárias, com alguma predominância feminina no primeiro segmento, todos majoritariamente em situação de pobreza. Uma informação interessante nesse contexto é a menção de um número considerável de homens que retornam aos estudos com objetivo específico da obtenção licença para dirigir e eventualmente trabalhar como motorista. Ela também relata outras histórias relacionadas ao uso do dinheiro, a decodificação adequada de placas ou serviços, a importância da própria assinatura. Esses relatos reforçam o caráter cidadão da EJA e lhe dá dimensões políticas, ou seja, sem a educação não

será possível obter certos documentos, trabalhar, ir e vir de maneira satisfatória, exercer sua cidadania plenamente. Como afirma Teixeira (2009, p. 29) “A forma democrática de vida funda-se no pressuposto de que ninguém é tão desprovido de inteligência que não tenha contribuição a fazer às instituições e à sociedade a que pertence [...]” e continua:

Para que essa experiência se faça em condições apropriadas, a sociedade terá de oferecer a todos os indivíduos acesso aos meios de desenvolver suas capacidades, a fim de habilitá-los à maior participação possível nos atos e instituições em que transcorra sua vida, participação que é essencial à sua dignidade de ser humano (Ibid., p.30)

ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental feita a seguir foi disposta de modo a evitar repetições de informações já prestadas em outros momentos, de tal maneira que será exposto somente o conteúdo de maior relevância para o tema em cada documento.

Plano Municipal de Educação

O Plano Municipal de Educação de Itaperuna (PME), que foi elaborado para o decênio 2015-2025, está em plena adequação com a legislação vigente para a área, incluindo aí o Plano Nacional de Educação no que compete à área pesquisada, EJA (BRASIL, 2014). A meta número nove do PME tem como foco a redução e posterior erradicação em absoluto do analfabetismo.

A Educação Jovens e Adultos tem papel fundamental na completude dessa meta, ficando isto claro na primeira e quinta estratégias traçadas para alcançar tal objetivo, estabelecendo respectivamente “Oferta de matrículas na Educação de Jovens e Adultos – EJA, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica” (PME, 2015, p. 29) e “Implementação de ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica” (PME, 2015, p. 29). Outras estratégias traçadas pelo PME que visa a redução do analfabetismo são: 9.3, que define a oferta da EJA em estabelecimentos penais; 9.4 e 9.6, que tratam da feitura de levantamentos e diagnósticos periódicos do número de jovens e adultos fora da escola (PME, 2015).

No sentido de integração entre escola e demais aspectos da vida do aluno, outras estratégias estão disponíveis no PME. Elas estão definidas em: 9.8, “Parcerias com a Secretaria Municipal de Ação Social/ou Centro de Convivência (Conselho Municipal do Idoso)” (PME, 2015, p. 29); em 9.9 que traz a implementação de programas de cunho social suplementar para atendimento do aluno da EJA como alimentação, saúde e transporte; e em 9.14, que estabelece a oferta de atividades artísticas e culturais no ambiente escolar como meio de aumentar a autoestima do aluno. Essa junção de medidas de atendimento social fortalece a posição da EJA como porta de acesso à cidadania àqueles em situação de vulnerabilidade.

Tratando-se especificamente da Educação Jovens e Adultos, o PME tem como um dos principais focos a formação e capacitação docente, o que é descrito nas estratégias: 9.10, que cria programas de formação continuada para professores da modalidade; 9.11, que garante o aumento do número de docentes para atender a demanda; 9.12, garantindo a capacitação tecnológica aos professores; 16.3, onde prevê a elevação do nível de formação dos docentes; 16.4, com garantia de formação específica de sua área obtida em curso superior de licenciatura; e 16.5, que define a “Elevação do quantitativo de profissionais com pós-graduação específica para a modalidade” (PME, 2015, p. 35).

Tais estratégias, não só pela quantidade, mas pela profundidade da abordagem envolvida, deixam claro o comprometimento do município em preparar os profissionais para atuarem de forma plena na Educação Jovens e Adultos. Como se pode observar pelos dados quantitativos apresentados anteriormente acerca da capacitação docente, estas estratégias estão sendo aplicadas adequadamente.

Outros três apontamentos sobre o PME no âmbito da EJA ainda se fazem necessários. A estratégia 9.22, garante o ensino, no currículo oficial, de história e cultura africana, o que é importante dado a presença de uma maioria de alunos não brancos presentes na modalidade e o papel do ensino de história na construção da identidade. A meta 10 ao “Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”, (PME, 2015, p. 31). Esta última tem papel

crucial já que aproxima o processo educacional do campo laboral, abrindo portas no mercado de trabalho, o que reforça a percepção, pelos alunos, da educação como meio para alcançar melhoria de vida.

Deliberação do Conselho Municipal de Educação, Nº 02 de 20 de julho de 2016

Esta deliberação foi instituída com objetivo de estabelecer procedimentos normativos referentes à modalidade de ensino tratada no âmbito da rede municipal de educação (ITAPERUNA, 2016). A seguir serão dispostos os procedimentos que permitem, conjuntamente aos demais apontamentos feitos anteriormente, conhecimento do campo pesquisado.

A deliberação analisada em seu artigo quarto limita o ingresso na EJA a uma idade mínima de 15 anos completos e em seu artigo quinto dispõe ser a matrícula feita somente após análise de documentação escolar anterior ou processo pedagógico de classificação pedagógica (ITAPERUNA, 2016), o que corrobora as informações prestadas por Solange Bussade em sua entrevista.

Todas as fases do primeiro segmento devem ter carga horária de quatro horas diárias em cinco dias letivos semanais. As fases do segundo segmento devem ter carga horária de cinco horas diárias em cinco dias letivos semanais. Todas as fases de ambos os segmentos possuem 100 dias letivos por fase, excetuando-se a fase I do primeiro segmento que terá 200 dias letivos. Tais informações estão dispostas no artigo décimo da mesma deliberação e confirmam o relatado nas entrevistas sobre o tema, em particular a de Tereza Cristina do Carmo. O artigo 26 do documento, entretanto, permite que caso o aluno seja alfabetizado em seis meses ele possa seguir a fase seguinte após avaliações de desempenho pela equipe pedagógica (ITAPERUNA, 2016).

Por fim, cabe destacar que o artigo 16 da deliberação dispõe do formato da proposta pedagógica que deve ser seguida pelas escolas municipais. Tais propostas precisam fundamentar-se, segundo mesmo artigo, em: situações de aprendizagem diferenciadas, fortalecimento do diálogo, valorização das experiências individuais pregressas, uso dos recursos de classificação necessários a adequação progressiva e estratégias pedagógicas para atendimento de faixa

etárias diversas (ITAPERUNA, 2016). Fica assim aberto o espaço para a criatividade pedagógica na aplicação da EJA.

CONCLUSÃO

Feita a análise documental, bibliográfica, do conteúdo das entrevistas e dos dados estatísticos, é possível depreender a importância da Educação Jovens e Adultos na vida daqueles que se utilizam da modalidade. Um ato de político, entendendo que a educação garante, em diversos níveis, o exercício da cidadania. Também um ato social, pois sua visão integralizada e holística do aluno facilita a sua socialização cultural.

A compreensão do papel do professor como central na modalidade, a necessidade de profissionais capacitados para a função e especializados na área, colocam os documentos reguladores da área no município pesquisado em consonância com essa demanda. Os dados mostram que esse objetivo tem sido adequadamente alcançado e que existe uma proximidade numérica para a completude das metas estabelecidas para formação docente.

A rede pública de ensino é a única fornecedora da modalidade Educação Jovens e Adultos. Seu número de estabelecimentos colocado em perspectiva com a ausência de estabelecimentos privados, deixa clara a importância e o papel do poder público no alcance de uma educação que atenda a todos que a busquem. O tamanho da clientela do município para a área reforça essa necessidade. Ao possuir a disposição o investimento dos três entes federados na educação básica, Itaperuna, mesmo localizando-se longe dos grandes centros urbanos, possui uma ampla e diversa rede de atendimento educacional na modalidade pesquisada.

O eixo curricular ter garantido, no Plano Municipal de Educação, o ensino de História Africana encontra-se em plena consonância com a questão racial apresentada. Como foi mostrado, quase a metade dos alunos não declarou sua raça, ainda que as entrevistadas reconheçam uma maioria não-branca. Mesmo sem questionar as razões da não declaração de cor e considerando-se somente a maioria não-branca declarada na EJA, temos aí motivação suficiente para o tema. Também temos que o conhecimento histórico é fundamental na percepção e

construção da identidade individual e coletiva, o que se coloca como uma segunda motivação para o estudo de história africana.

A necessidade de planejamento contínuo, especializado e integrado à realidade dos estudantes é ainda mais crítica na EJA. É necessário dar significado e utilidade ao conhecimento, não podendo este ser disposto de maneira fabril e setorizada. Tem-se também a importância de uma Educação Jovens e Adultos que se aproxima do universo do trabalho através de cursos técnicos integrados à modalidade. Isso é fundamental para a percepção do processo educativo como meio de melhora de vida. Essa percepção faz diferença na maneira como se vê a escolarização e a importância desta para a própria pessoa e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Josefa de Menezes. **O Desafio da Interdisciplinaridade, Interculturalidade, Intersectorialidade: Exemplo de Aprendizagem Significativa na EJA.** Revista Lugares de Educação, Bananeiras, v. 3, n. 6, p.119-136, jun. 2013.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. **Plano Nacional de Educação.** Diário Oficial da União, DF, 25 de Junho de 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada. Ministério da Educação (Org.). **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunas e Alunos da EJA.** Brasília: Mec, 2006. 50 p.

BUSSADE, Solange. **Entrevista concedida a Robson de Almeida Junior.** Itaperuna, 21 de setembro de 2017.

DO CARMO, Tereza Cristina. **Entrevista concedida a Robson de Almeida Junior.** Itaperuna, 25 de setembro de 2017.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2017. Acesso em: 20 de junho de 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaperuna/panorama>>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017.** Brasília: INEP, 2018.

ITAPERUNA, Rio de Janeiro. **Deliberação nº 02/2016 do Conselho Municipal de Educação**. 20 de Julho de 2016. Conselho Municipal de Educação.

ITAPERUNA, Rio de Janeiro. **Plano Municipal de Educação**. 23 de Junho de 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, Marcelo de Souza. **Política Pública para o Campo: A Missão Rural de Itaperuna por uma Perspectiva Oficial**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um Direito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ufrj, 2009. 229 p. (Coleção Anísio Teixeira).